



Enleva Participação em Saúde S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

ENLEVA PARTICIPAÇÕES EM SAÚDE S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.378	2.242	16.928	10.710	Fornecedores	11	8	492	6.313	7.736
Contas a receber	4	1.024	452	17.038	12.448	Salários, obrigações sociais e previdenciárias	12	2.695	793	10.275	8.304
Estoques		2	-	1.327	1.530	Arrendamento mercantil CP	10	-	-	84	236
Ativo financeiro de concessão	5	-	-	30.724	16.247	Obrigações tributárias	13	281	544	3.543	4.309
Impostos a recuperar	6	1.018	330	2.822	3.724	Parcelamento de impostos	13	-	-	2.878	59
Outras contas a receber		934	616	2.117	1.654	Dividendos a pagar		-	-	102	4.099
Total dos ativos circulantes		9.356	3.640	70.956	46.313	Outras contas a pagar		-	-	614	3.454
						Total dos passivos circulantes		2.984	1.828	23.809	28.197
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Depósitos judiciais		-	-	213	141	Arrendamento mercantil LP	10	-	-	1.054	1.349
Partes relacionadas	14	8.701	20.942	8.649	4.801	Partes relacionadas	14	-	-	56	55
Tributos diferidos	19	692	-	692	-	Tributos diferidos	19	-	-	5.665	8.121
Ativo financeiro de concessão	5	-	-	31.674	58.481	Provisão para riscos legais		-	-	530	307
		9.393	20.942	41.228	63.423	Total dos passivos não circulantes		-	-	7.305	9.832
Investimentos	7	56.072	42.939	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
Imobilizado	8	51	-	2.863	2.296	Capital social		61.927	61.927	61.927	61.927
Intangível	9	-	-	571	696	Lucros acumulados		9.961	3.766	9.961	3.766
Direito de uso	10	-	-	1.221	1.567	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		71.888	65.693	71.888	65.693
Total dos ativos não circulantes		56.123	42.939	4.655	4.559	Participação dos acionistas não controladores		-	-	13.837	10.573
						Total do patrimônio líquido		71.888	65.693	85.725	76.266
TOTAL DOS ATIVOS		74.872	67.521	116.839	114.295	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.872	67.521	116.839	114.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENLEVA PARTICIPAÇÕES EM SAÚDE S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de serviços	16	4.628	1.192	143.110	136.056
Custo dos serviços prestados	17	(30)	(50)	(86.977)	(74.316)
LUCRO BRUTO		4.598	1.142	56.133	61.740
(DESPESA S) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	17	(10.642)	(1.855)	(33.680)	(27.844)
Outras (despesas) receitas, líquidas	17	(2)	(29)	(288)	2.219
Resultado em participação societária	7	16.025	8.650	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		9.979	7.909	22.165	36.115
RESULTADO FINANCEIRO	18	525	(91)	917	(296)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		10.504	7.818	23.082	35.819
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO	19	692	(249)	(7.906)	(10.594)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.196	7.569	15.176	25.225
ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES				11.196	7.569
ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				3.980	17.656
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	15			0,181	0,122
LUCRO POR AÇÃO - R\$	15			0,181	0,122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DS

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

ENLEVA PARTICIPAÇÕES EM SAÚDE S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social					Total
	Nota explicativa	Subscrito	Lucros (prejuízos) acumulados	Total dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022		-	(49)	(49)	-	(49)
Aumento de Capital	15	61.927	-	61.927	-	61.927
Lucro do exercício	15	-	7.569	7.569	-	7.569
Dividendos distribuídos para minoritários	15	-	(3.755)	(3.755)	-	(3.755)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		61.927	3.765	65.692	-	65.692
Lucro do exercício	15	-	11.196	11.196	3.981	15.177
Dividendos distribuídos para minoritários	15	-	(5.000)	(5.000)	9.856	4.856
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		61.927	9.961	71.888	13.837	85.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENLEVA PARTICIPAÇÕES EM SAÚDE S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do Exercício	11.196	7.569	15.176	25.225
Resultado Abrangente total do exercício	11.196	7.569	15.176	25.225
Atribuível aos acionistas controladores			11.196	7.569
Atribuível aos acionistas não controladores			3.980	17.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DS  Rubrica 



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

ENLEVA PARTICIPAÇÕES EM SAÚDE S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro do exercício	11.196	7.568	15.176	7.568
Ajustes para reconciliar o Lucro do exercício com o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	738	-
Valor residual de ativos imobilizados e de direito de uso baixados	-	-	(557)	-
Encargos financeiros e variação cambial	-	-	163	-
Atualização do ativo financeiro de concessão	-	-	(16.384)	-
Resultado em participação societária	(16.025)	8.650	-	8.650
PIS/COFINS/ISSQN diferidos	-	-	(697)	-
Impostos diferidos	(692)	-	(2.451)	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(572)	(452)	34.267	(452)
Estoques	(2)	-	203	-
Outros ativos	(1.006)	(946)	590	(946)
Ativo financeiro de concessão	-	-	(10.143)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(483)	442	(1.423)	442
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	1.902	793	1.971	793
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	(263)	544	2.054	544
Outros passivos	-	-	423	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1)	-
Dividendos e JSCP recebidos de controladas	2.892	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(3.053)	16.599	23.929	16.599
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Partes relacionadas	12.241	(20.942)	(3.847)	(20.942)
Adição em investimentos	-	(51.589)	-	(51.589)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(51)	-	(887)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) das atividades de investimento	12.190	(72.531)	(4.734)	(72.531)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Compra/Alienação de ações em tesouraria	-	61.927	-	61.927
Aumento de Capital - AFAC	(5.001)	(3.753)	(12.977)	(3.753)
Dividendos pagos	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	(5.001)	58.174	(12.977)	58.174
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.136	2.242	6.218	2.242
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	2.242	-	10.710	-
No fim do período	6.378	2.242	16.928	2.242
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.136	2.242	6.218	2.242

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Enleva Participações em Saúde S.A. (“Companhia” ou “ENLEVA”) foi constituída em 2022 e iniciou as suas atividades operacionais em 2023 com a consolidação da Rede Brasileira de Diagnostico S.A. (“RBD”), a primeira Parceria Público-Privada (“PPP”) de diagnóstico por imagem do Brasil cuja operação foca suas atividades na manutenção, conservação e operação de todas as instalações necessárias à prestação dos serviços de apoio ao diagnóstico por imagem, sendo que atualmente a RBD Imagem opera em 13 (doze) Unidades Hospitalares da rede própria de saúde do estado da Bahia que é uma PPP .

A Enleva possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pais Leme, n° 524, 9° andar, conjunto 92, CEP 05424-904, inscrita no CNPJ sob o n° 47.861.667/0001-42, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.649.745. A Companhia tem como objetivo consolidar a gestão dos contratos de PPPs da Aliança Saúde e Participações S.A (ALLIANÇA), sua controladora, seja através da participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, ou através da constituição de novas SPEs para consolidação de novas PPPs.

A Companhia e suas controladas tem como objeto social a prestação de serviços de medicina diagnóstica, incluindo: (i) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; (ii) medicina nuclear e citologia; (iii) anatomia patológica; (iv) análises clínicas, diretamente ou utilizando-se de empresas médicas especializadas e laboratórios contratados, assim como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico; (v) vacinação e imunização humana; e (vi) atividade médica restrita a consultas.

A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com 13 unidades, sendo:

Marca	Estado	N° de Unidades
RBD	Bahia	13
Enleva	São Paulo	1

2. Elaboração, apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07 na preparação destas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração da Companhia em julho de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

c) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Políticas contábeis materiais

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são disponibilidades e aplicações financeiras com alta liquidez. Estão avaliados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, que se aproxima de seus valores justos, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

b) Contas a receber

Representadas por valores a receber da SESAB, incluindo os valores a receber da prestação de serviços ainda não faturados, apurados pelo regime de competência. Tais contas são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos, conforme nota explicativa nº 4.

c) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são registrados inicialmente ao seu valor justo. Posteriormente ao seu registro inicial são classificados como i) subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; iii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático (contabilização pelo custo de transação), a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros mantidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro de concessão.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativo financeiro de concessão.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para que instrumentos de dívida sejam classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se:

- i) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal;
- ii) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo;
- iii) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- Quando há transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção de uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo, ou (b) a transferência não envolveu parcela substancial dos riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- Quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros mantidos pela Companhia são: dividendos a pagar, fornecedores e partes relacionadas. Esses passivos são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

d) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear pela vida útil esperada dos bens, deduzido do valor residual. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

e) Intangível

Ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso e/ou operação. A amortização dos gastos incorridos para obter a concessão é realizada pelo prazo do contrato de prestação de serviço.

DS
C

Rubrica

**Enleva Participação em Saúde S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

f) Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para a identificação de evidências de perdas de valores não recuperáveis "Impairment" ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificadas evidências de que os ativos não serão recuperados pelos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

g) Demais ativos e passivos circulantes

Registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até as datas de encerramento dos exercícios, quando aplicável. Os saldos dos ativos não excedem os seus respectivos valores de realização.

h) Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação adotado pela Companhia é o lucro real. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados considerando as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou se o passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos quando há expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

j) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Receita proveniente do contrato de concessão

A Enleva tem como finalidade a concessão administrativa para gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem em uma central de imagem e onze unidades hospitalares ("Contrato de Concessão") integrantes da rede própria da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia ("SESAB" ou "Poder Concedente"). Além

DS
Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

da prestação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem, a Companhia tem a obrigatoriedade de realizar intervenções de construção e/ou reformas de melhoria das instalações nos setores de bioimagem das unidades hospitalares.

A Enleva é remunerada pela prestação de serviço, objeto do Contrato de Concessão, através da contraprestação mensal efetiva. A receita de prestação de serviços é reconhecida pelo fato de a Companhia estar disponível para prestar serviços de diagnóstico por imagem para a população do estado da Bahia, nas unidades previstas no Contrato de Concessão. As atividades relacionadas à obrigação de disponibilidade para a prestação de serviço de

diagnóstico por imagem é uma única obrigação de desempenho, haja vista que o Contrato de Concessão determina que a Companhia deverá atender todas as demandas de serviços dentro do volume estipulado no Contrato inclusive em relação ao excesso de demanda para além de qualquer dos limites de variação das bandas previstas, desde que haja a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Durante a execução do Contrato, existe a possibilidade de alteração no valor da contraprestação, caso não sejam atendidas as quantidades de exames previstos em relação à banda mínima ou à banda máxima, ensejando na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da contraprestação anual máxima do período subsequente.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base na disponibilização da infraestrutura aos usuários das unidades de atendimento até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica "Receita a faturar", que está incluída no saldo Contas a receber.

Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pela Companhia quando presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura no âmbito do contrato de concessão. Segundo o ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão as receitas e custos relativos a estes serviços devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com o cliente.

k) Concessão

O Contrato de Concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e OCPC 05 Contratos de Concessão. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance das normas mencionadas, a Companhia atua como prestadora de serviço (serviços de operação), além de construir e melhorar a infraestrutura (serviços de construção e melhoria) usada na prestação do serviço público durante determinado prazo.

A Companhia, ao prestar serviços de construção ou melhoria, tem a remuneração recebida ou a receber registrada pelo valor justo. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras ou melhoria da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

l) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota nº 2.2.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

o calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de juros incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

m) Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Redução ao valor recuperável dos ativos:

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para a identificação de evidências de perdas de valores não recuperáveis "Impairment" ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A Companhia julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de perdas relativas à redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: A Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis deles.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Avaliação dos instrumentos financeiros: A nota explicativa nº 15 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Arrendamentos

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com exercícios incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com exercícios cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento, usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia.

n) Demonstração de fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

o) Novas normas e interpretações ainda não efetivas



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações financeiras

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações financeiras e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2024.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois esta não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reforma Tributária no Brasil

Reforma tributária Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	274	1.082	1.619	2.529
Aplicações financeiras	6.104	1.160	15.309	8.180
	6.378	2.242	16.928	10.710

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com remuneração de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Estas aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	1.024	452	12.710	12.448
Receita a faturar	-	-	4.328	-
	1.024	452	17.038	12.448

5. Ativo financeiro de concessão (Consolidado)

O ativo financeiro de concessão é composto, substancialmente, pela receita de construção e de serviços de melhoria de infraestrutura previstos no Contrato de gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem junto à Sesab. O ativo é registrado a valor justo na data do seu reconhecimento, sendo constituído pela percentagem de evolução física de implantação da infraestrutura. O referido ativo financeiro é remunerado de acordo com a taxa de retorno definida em contrato de concessão.

O atendimento conta com uma central de imagem e 13 unidades hospitalares e teve início em 28 de maio de 2015. O contrato tem validade de 11 anos e 06 meses, podendo este ser alterado, estendido ou reduzido. Após o término do contrato, as benfeitorias realizadas nos hospitais, bem como as máquinas e equipamentos adquiridos durante a concessão, serão de poder do Estado.

Dessa maneira, a tratativa contábil dada a esses itens foi de registro no ativo financeiro de concessão conforme os requerimentos do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e OCPC 05 Contratos de Concessão.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo ativo financeiro		
Ativo circulante	30.724	16.247
Ativo não circulante	31.674	58.481
	62.398	74.728

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

As movimentações do ativo financeiro no consolidado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentadas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	74.728	83.746
Adições	10.143	6.522
Atualização monetária	16.384	18.436
Baixa (recebimento construção)	(38.857)	(33.976)
Saldo no fim do exercício	62.398	74.728

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	826	330	1.264	487
ISS	-	-	-	787
CSLL	41	-	41	-
IRPJ	-	-	659	1.969
PIS E COFINS	68	-	151	-
INSS	-	-	706	476
Saldo no final do exercício	1.018	330	2.822	3.724

7. Investimentos

Controladora	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos	56.072	42.939
	56.072	42.939

As movimentações dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentadas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	42.939	61.927
Dividendos e JCP recebidos	(2.892)	(27.638)
Resultado de equivalência patrimonial	16.025	8.650
Saldo no fim do exercício	56.072	42.939

8. Imobilizado

	31/12/2024				31/12/2023
	Depreciação (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	1.281	(76)	1.191	697
Máquinas e equipamentos	9	952	(162)	753	887
Móveis e utensílios	10	1.009	(778)	231	302
Equipamentos de informática	5	1.953	(1.316)	637	410
Total		5.195	(2.332)	2.863	2.296

As movimentações do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentados a seguir:

DS
c

Rubrica
m



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2023	Adições	Transferência(a)	Depreciações	31/12/2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	697	577	(6)	(26)	1.242
Máquinas e equipamentos	887	102	(148)	(88)	753
Móveis e utensílios	302	6	21	(99)	230
Equipamentos de informática	410	169	80	(21)	638
Total	2.296	854	(53)	(234)	2.863

	31/12/2022	Adições	Depreciações	31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	435	284	(21)	698
Máquinas e equipamentos	310	638	(63)	885
Móveis e utensílios	263	133	(93)	303
Equipamentos de informática	142	348	(80)	410
Total	1.150	1.403	(257)	2.296

(a) Valor transferido para o ativo financeiro, referente a equipamentos operacionais.

9. Intangível

	31/12/2024				31/12/2023
	Taxa anual de amortização %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso - <i>software</i>	20	1.658	(1.087)	571	696
Total		1.658	(1.087)	571	696

	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2024
Direito de uso - <i>software</i>	696	33	(158)	571
Total	696	33	(158)	571

	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2023
Direito de uso - <i>software</i>	201	561	(66)	696
Total	201	561	(66)	696

(a) Valor transferido para o ativo financeiro, referente a *software*.

10. Direito de uso e passivo de arrendamento

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos de direito de uso são demonstrados a seguir:

	31/12/2024				31/12/2023
	Vida útil média (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de imóveis	3	2.739	(1.518)	1.221	1.567
Total		2.739	(1.518)	1.221	1.567

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

As movimentações do saldo de direito de uso e arrendamento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentadas a seguir:

	31/12/2023	Amortização	Juros	Pagamentos	Transferência	31/12/2024
Ativo						
Direito de uso - imóveis	1.567	(346)	-	-	-	1.221
Total ativo	1.567	(346)	-	-	-	1.221
Passivo						
Arrendamento - imóveis	(1.585)	-	(163)	610	-	(1.138)
Total passivo	(1.585)	-	(163)	610	-	(1.138)
Circulante	(236)	-	(163)	610	(295)	(84)
Não circulante	(1.349)	-	-	-	295	(1.054)

	31/12/2022	Adição	Remensuração	Amortização	Juros	Pagamentos	Transferência	31/12/2023
Ativo								
Direito de uso - imóveis	239	1.585	28	(285)	-	-	-	1.567
Total ativo	239	1.585	28	(285)	-	-	-	1.567
Passivo								
Arrendamento - imóveis	(248)	(1.585)	(28)	-	(85)	361	-	(1.585)
Total passivo	(248)	(1.585)	(28)	-	(85)	361	-	(1.585)
Circulante	(227)	(172)	(22)	-	(85)	361	(91)	(236)
Não circulante	(21)	(1.413)	(6)	-	-	-	91	(1.349)

A companhia possui contratos de arrendamento de suas unidades utilizados em sua operação. As obrigações da companhia nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados.

Remensuração refere-se ao reajuste anual do contrato ou, outra movimentação de prazo que venha gerar uma um ajuste monetário no contrato. Os contratos são reajustados pelos índices de IGPM ou IPCA, conforme o respectivo contrato firmado.

DS
C

Rubrica
M



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

A seguir estão os valores a pagar referentes aos arrendamentos:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 01 ano	470	226
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.386	1.859
Mais de cinco anos	-	77
Total	1.856	2.162
(-) Menos os encargos financeiros futuros	(718)	(577)
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.138	1.585
Circulante	84	236
Não circulante	1.054	1.349

A Companhia também possui alguns arrendamentos de imóveis com prazos iguais ou menores que 12 meses e arrendamentos de imóvel com parcelas totalmente variáveis. Para esses casos, a Companhia aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, arrendamento de ativos de baixo valor e pagamentos variáveis.

A Companhia mensurou o passivo de arrendamento para refletir esses pagamentos revisados. Não houve alteração no prazo do arrendamento e não houve necessidade de revisão da taxa de desconto.

Os vencimentos das parcelas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
2023	-	55
2024	72	286
2025	297	297
2026	337	337
Acima de 2027	432	610
Total	1.138	1.585

11. Fornecedores

As compras do grupo são registradas pela sua competência, ou seja, pela entrada da mercadoria ou realização do serviço, para os casos em que a nota fiscal de serviço não tenha sido recepcionada, são realizadas as devidas provisões.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores Nacionais	8	492	4.701	5.648
Fornecedores Serviços Médicos	-	-	1.612	2.088
Saldo no final do exercício	8	492	6.313	7.736

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

12. Salários, obrigações sociais e previdenciárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos sociais a recolher	404	-	2.935	2.033
Provisão de férias e encargos	413	-	4.196	3.468
Provisão bônus e PLR	1.878	793	3.080	2.752
Empréstimos a funcionários	-	-	63	51
Saldo no final do exercício	2.695	793	10.275	8.304

13. Obrigações Tributárias e Parcelamentos de Impostos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS E COFINS	264	179	1.373	1.097
ISSQN	17	8	158	794
Retenções Federais	-	18	372	354
IRPJ	-	181	1.078	1.371
CSLL	-	67	563	604
Tributos Parcelados	-	-	2.878	59
IOF	-	90	-	90
Saldo no final do exercício	281	544	6.421	4.368

14. Partes relacionadas

No curso dos negócios a Companhia realizou transações com partes relacionadas. Essas operações referem-se, essencialmente, ao contas a receber com Controladora.

Os saldos patrimoniais e as transações entre partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Ativo Não Circulante - partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a Receber - RBD	52	16.140	-	-
Alliança Saúde e Participações S.A.	8.028	4.413	8.028	4.413
RMTC - Teleradiologia	622	389	622	389
Saldo no final do exercício	8.701	20.942	8.649	4.801

Passivo Não Circulante – partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Alliança Saúde e Participações S.A.	-	-	56	55
Saldo no final do exercício	-	-	56	55

DS
C

Rubrica
mp



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

15. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 61.927, composto por 61.926.812 (sessenta e um milhões novecentos e vinte e seis mil oitocentos e doze reais) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

	Número de ações	%
Acionista		
Alliança Saúde e Participações S.A.	61.926.812	100,00
Total	61.926.812	100,00

Pagamento de Dividendos

Em 2024, a Companhia deliberou acerca do pagamento aos acionistas de dividendos no total de R\$ 5.000.

16. Receita líquida de serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de serviços	5.523	1.264	152.629	144.781
Receita bruta total	5.523	1.264	152.629	144.781
(-) Impostos sobre vendas	(896)	(71)	(9.519)	(8.725)
Deduções da receita bruta	(896)	(71)	(9.519)	(8.725)
Receita operacional líquida	4.628	1.192	143.110	136.056

17. Informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outras (despesas) receitas líquidas (a)	(1.419)	(107)	(4.542)	(1.552)
Custo de construção (b)	-	-	(9.570)	(6.152)
Pessoal (c)	(6.548)	(1.027)	(54.780)	(41.964)
Honorários médicos	-	-	(17.686)	(14.725)
Consultoria e assessoria	(2.382)	(187)	(12.999)	(9.549)
Medicamentos e materiais hospitalares	(6)	-	(9.945)	(10.578)
Assistência técnica e manutenções	(2)	-	(8.035)	(7.771)
Serviços de terceiros	(248)	(612)	(2.029)	(6.595)
Depreciação e amortização	-	-	(737)	(612)
Seguros	-	-	(263)	(170)
Aluguel	-	-	(153)	(138)
Despesas de vendas	(69)	-	(206)	(135)
Total	(10.674)	(1.933)	(120.945)	(99.941)

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos serviços prestados	(30)	(50)	(86.625)	(74.024)
Despesas com vendas	-	-	(137)	(135)
Despesas gerais e administrativas	(10.642)	(1.854)	(33.673)	(27.694)
Outras despesas líquidas	(2)	(29)	(510)	(1.912)
Total	(10.674)	(1.933)	(120.945)	(99.941)

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras				
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	310	7	1.240	887
Outras receitas financeiras	527	36	1.773	-
Total Receitas Financeiras	837	43	3.013	887

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	-	(104)
Juros arrendamento	-	-	(207)	(84)
Juros de parcelamento de impostos	(3)	-	(4)	(11)
Outras despesas financeiras	(309)	(134)	(1.885)	(984)
Total Despesas Financeiras	(312)	(134)	(2.096)	(1.183)
Resultado Financeiro Líquido	525	(91)	917	(296)

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

19. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adotou o Lucro Real como regime de tributação seguindo os requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) debitada em resultado para o exercício é demonstrada como segue:

a) Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes IRPJ e CSLL	10.503	7.818	39.106	44.468
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL	(3.571)	(2.658)	(13.296)	(15.119)
Diferenças permanentes:		-		
Equivalência patrimonial	5.449	2.941	5.449	2.941
Remuneração Diretoria		-	703	576
Juros sobre capital próprio recebidos e pagos		-	1.228	1.458
Outros	(1.186)	(532)	(1.990)	(450)
Total IR/CS no resultado do exercício	692	(249)	(7.906)	(10.594)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	(249)	(10.357)	(13.308)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	692	-	2.451	2.714

Composição do saldo patrimonial do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo diferido	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal	10.503	-	10.503	-
Outras diferenças temporárias	(12.538)	-	(12.538)	-
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	-	34%	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	692	-	692	-
Passivo diferido				
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Diferimento de lucro regime de caixa	-	-	(6.300)	(11.474)
Total	-	-	(6.300)	(11.474)
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	-	(2.142)	(3.901)
PIS/COFINS/ISS Diferidos			(3.523)	(4.220)
Total			(5.665)	(8.121)

DS
C

Rubrica



Enleva Participação em Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Instrumentos financeiros

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Contas a receber de clientes	1.024	452	17.038	12.448
Ativo financeiro de concessão	-	-	62.398	74.728
Depósitos judiciais	-	-	213	141
Partes relacionadas	8.701	20.942	8.649	4.801
	9.725	21.394	88.298	92.118
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	6.378	2.242	16.928	10.710
	16.103	23.636	105.226	102.828
	16.103	23.636	105.226	102.828
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores	8	492	6.313	7.736
Parcelamento de impostos	-	-	2.878	59
Partes relacionadas	-	-	56	55
Dividendos a pagar	-	-	102	4.099
Arrendamento mercantil	-	-	1.138	1.585
	8	492	10.487	13.534
	8	492	10.487	13.534

Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos; e
- **Nível 3** – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O único ativo mensurado ao valor justo é caixa e equivalente de caixa se enquadrando ao nível 2.

Gerenciamento de riscos

A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. O objetivo do gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados da Companhia, advindas dessas flutuações.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

**Enleva Participação em Saúde S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

b) Risco de crédito

Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Por meio de controles internos é realizado monitoramento permanente do envio das faturas e demais informações ao respectivo órgão, o que limita o risco de inadimplência e glosas.

Além disto, os fluxos de recebíveis e das posições em aberto são permanentemente acompanhadas. Quando aplicável, a Administração registra provisão para créditos de liquidação duvidosa para as perdas consideradas prováveis.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações e diferentes moedas. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

d) Risco de mercado

O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações.

Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo ou o fluxo de caixa futuro de determinado instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um mix apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui endividamento financeiro com exposição à elevação em taxas de juros.

Risco de taxa cambial

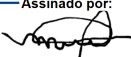
Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui posição de passivos monetários em moeda estrangeira.

21. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em julho de 2025.

DocuSigned by:

080BECEFE8AF4BE...
Caio Cardoso de Carvalho
Diretor Financeiro

Assinado por:

524DC8E528BC40A...
Marcos Roberto de Almeida Pereira
CRC 1SP-275443/O-7